
Politica



1 9 2 9

Ano I

N.º 4

ADMINISTRADOR — *H. de Mendonça Dias* (F. D. U. L.)

EDITOR — *Fialho Barreto* (E. S. M. V.)

PROPRIEDADE—SOCIEDADE NACIONAL EDITORA, LTD.ª (Em organização)

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Rua do Sol a Santa Catarina, 40-A, 1.º

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO

Tipografia Inglesa, L.ª — Rua Eugenio dos Santos, 118 — LISBOA

SUMARIO

28 de Maio	<i>C.</i>
manhãs de Roma.	<i>Pequito Rebello</i>
politica Academica—Esclarecendo... .	<i>José Ferreira Pedroso de Lima</i>
a Anti-Nação	<i>Ruy d'Almargem</i>
a Realeza de D. Miguel	<i>R. d'A.</i>
ao Ritmo da Ampulheta	

ASSINATURAS

(Cada serie de 10 numeros)

Continente e Ilhas	10\$00
Provincias Ultramarinas	15\$00
Estrangeiro	20\$00

Numero avulso 1\$50

Este numero foi visado pela Comissão de Censura

Política

REVISTA QUINZENAL

ORGÃO DA JUNTA ESCOLAR DE LISBOA DO INTEGRALISMO LUSITANO

Director — A. de Mendonça-Dias (F. S. U. L.)

Lisboa, 5 de Junho de 1929

28 de Maio

A ORGIA PARLAMENTAR E A NAÇÃO. «A PÁTRIA ESTÁ DOENTE». CAUSA E EFEITO. — OS SOLDADOS DO BOM COMBATE. NÓS E A DITADURA. — AOS NOSSOS IRMÃOS OS SOLDADOS DE TERRA E MAR.

HAVIA seguramente mais de um mês que se agravára o espectáculo imoral e indecoroso, que o Parlamento estava dando ao país.

As sessões da *mais alta representação da soberania nacional* (empreguemos o calão liberalista) decorriam numa baixaza a um tempo irresistivelmente cómica e trágicamente triste.

O Governo, numa votação de confiança, obtivera um voto de maioria — e ficára.

Êles, os altos representantes da vontade nacional, os pais da Pátria, antigos ministros do Estado, altas patentes do exército republicano e da armada republicana, professores do alto magistério oficial, igualados, nivelados a quanta mediocridade para lá atirara a bambuchata eleiçoeira, davam-nos a todos nós, seus subordinados ou seus alunos, e às classes menos cultas da sociedade portuguesa, um exemplo perigoso e pouco edificante.

As sessões seguiam-se uma após outra, sem uma nota única de elevação mental, ou de dignidade cívica.

Que importavam ao Parlamento, suprema consubstanciação do regime, o interêsse nacional e o bem público?

Divórcio completo entre o Estado e a Nação! Estado inimigo da Nação!

Que os mais instantes problemas nacionais aguardassem indefinidamente; o que importava, o que era necessário era decidir, não a melhor solução para a questão dos tabacos, *mas quem negociaria os tabacos.*

POLITICA

A *quadrilha* que os negociasse teria por largo tempo posta a mesa orçamental.

Eram centenas de filiados a obter, a trôco dos depósitos; era o oiro do empréstimo sôbre as receitas dos tabacos a comprar a consciéncia dos eleitores.

E por todo o país que honradamente trabalha e produz, votado ao mais completo desprêso e abandono, o batuqué desenfreado da orgia parlamentar soava como um sarcasmo, lançado pelos algozes, sôbre as dores e males que afligiam a Nação.

Tempos antes, o homem que tem hoje sôbre os seus ombros as responsabilidades dos destinos da tentativa de salvação nacional, a que o exército se abalançou, exclamára do alto da sua tribuna de promotor de justiça, nos julgamentos da Sala do Risco: «**a Pátria está doente**».

Que a causa da **doença** da Pátria era o regimen parlamentar (passe o suave eufemismo) bem o mostrou compreender o exército, encerrando, à voz da Nação, o palco de S. Bento.

Só porque o tempo apaga, às vezes cruelmente, a memória dos homens, é que a traços embora largos e fracos, evocámos um passado que esperamos não voltará, para honra e **saude** da Patria.

Se o exército nacional consentisse em que se restaurasse o regimen parlamentar, teria iludido a esperança que nêle poz a Nação numa hora de angústia, porque é uma verdade axiomática que *à mesma causa correspondem invariavelmente os mesmos efeitos*.

* * *

Se o mal, porém, parecêra atingir nêsses dias sombrios o paroxismo, confessemos no entanto que muito de longe vinha. *Mal que de longe vem...*

Quebrámos em 1820 a nossa natural evolução, a qual já sofrera por vezes desvios sempre funestos. Quebra que tóda a Inteligéncia portuguesa condenou, ainda a que mais sacrificou aos ídolos e mitos que nos perverteram. Os proprios doutrinadores do desvaio fizeram o *paenitet me*, quando, no silêncio das suas consciéncias, puderam falar as vozes do sangue e do bom senso.

Mal que de longe vem...

Mal que, na frase justiceira e feliz de Malheiro Dias (1), nós agudamente diagnosticámos.

Sem o nosso esforço desbravando o caminho, derrubando os ídolos e mitos, reabilitando e impondo às consciéncias em nome da Verdade e do supremo e sagrado interêsse nacional, as verdades eternas, à luz das quais Balzac dizia escrever, a Ditadura Militar Nacional não teria sido possivel.

Nós fomos, pois, nos domínios do espírito e da intelligéncia, o que o exército português foi no domínio dos factos, pela jornada admiravel

de 28 de Maio: os soldados do bom combate pela maior glória, honra e grandeza de Portugal.

E assim e só nisso, em tudo quanto a Ditadura fizer de reabilitação da Autoridade, em tudo quanto fizer, como já disse Rolão Preto, de verdadeiramente nacional, ter-nos há a seu lado, quer ela queira, quer não.

Somos os primeiros a reconhecer que já é longo o caminho percorrido: reabilitou-se o crédito da Nação, repararam-se as estradas, melhoraram-se os caminhos de ferro, equipou-se a pouco e pouco o exército, etc.

Mas, confessemos também, que êsse muito é ainda bem pouco. Não confundamos o formal com o essencial. E' necessário estabelecer de vez a Ordem Nova. Tratar das feridas e não curar o mal, de bem pouco valeria.

E' necessário que o mal não volte. E' preciso propor e preparar a Nação, para os altos destinos que Deus, porventura, lhe tenha ainda reservados.

* * *

Soldados de terra e mar, nossos irmãos no bom combate por um Portugal português!

Que o incêndio que o sol daquele memorável dia 28 acendeu nas vossa baionetas, seja o clarão anunciador da alvorada, que de vês termine a longa noite de um século, em que tem vivido sepultada a Terra Portuguesa.

Se algum de vós sacrificasse ainda ao liberalismo, traíria e mentiria à Nação e à esperança que em vós ela poz.

Quem estiver preso aos Mitos, e não puder ou não souber libertar-se deles e não quizer trair a Ditadura e a Nação, tem que trair os Mitos.

Para salvar a Pátria fez Egas Moniz o maior sacrificio que um homem pode fazer: o sacrificio da sua honra.

Entre os Mitos causa da nossa ruína e decadência — e a honra e grandeza da Pátria, não hesitareis por certo!

Que a vossa lei suprema, soldados portugueses, seja a lei do interesse nacional e... "adiante por sôbre os cadáveres".

C.

(1) — in Exortação á Mocidade.

manhãs de Roma

A CORDES de uma banda militar que passa vem despertar-me, como a cantar em tom festivo, que é hoje o «Natal de Roma». O meu espírito aceita o convite excitante e, levantando-me de salto, depressa me encontro na buliçosa e luminosa rua. Onde ouvira missa, visto ser domingo? Não hesito, neste primeiro Domingo da estada em Roma, em correr a S. Pedro; um automovel qualquer em alguns minutos me transporta nessa rápida viagem em que atravesso uma fronteira, a que separa a Itália da Cidade Vaticana. O que é importante e impressionante, porém, mais do que a fronteira novíssima, apesar do seu altíssimo significado, é a sensação eterna da Praça de S. Pedro, no seu venerando equilíbrio, na sua perene beleza, na sua acolhedora paz.

Ao entrar ali, o olhar vai-se quebrar na fachada da Basílica, recolhendo o espanto da sua magestade equilibrada, mas magnífica, dominando, aniquilando as rastejantes massas humanas que a contemplam; sensação de quasi dolorido assombro que logo se atenua e dulcifica quando atentamos nas arcadas circulares que, como dois braços em amplexo, se destacam da gigantesca mole e vem circunscrever o espaço em gesto maternal e acolhedor... Esse gesto amplo e bom esclarece-nos sobre o verdadeiro sentido daquela força augusta do monumento, força que defende o Espírito, que protege a alma; e este espaço, fechado harmoniosamente, dá-nos fortissimamente a sensação do abrigo, do porto de mar defendido das tempestades e dos sorvedouros. As fúrias infernais do mar da vida aqui as desarma a caridade da Igreja, simbolizada nessas arcarias protectoras avançando contra a tormenta; mas se alguma vez essas tempestades passarem por cima das obras avançadas do Amor, por fim se virão quebrar irremissivelmente contra a muralha da Fé, simbolizada na frontaria da Basílica, forte e equilibrada como o dogma, como ele ao mesmo tempo racional e transcendente.

Mas já deixando atrás de mim a vasta praça cheia de sol, com seus repuxos cantantes e tôda a piedosa e mansa alegria que nela paira, eu piso o sagrado limiar e penetro no interior da basílica e mais uma vez contemplo a sua matéria preciosa—mármore e ouro,—a sua forma maravilhosa, arquitectura de Miguel Angelo, escultura de Bernini, e cooperação de tantos mestres unido o seu esforço na gigantesca obra-prima.

A impressão estética da entrada na basílica não enfraquece com o tempo, parece-me sempre tão forte como da primeira vez. Ou melhor se me afigura que tôdas aquelas pedras ali foram postas no seu divino ordenamento naquele próprio instante, como se o maravilhoso edifício ali tivesse acabado de surgir do nada e tôda a sua formosura brilhasse contente de si mesma no deslumbramento e na gratidão de se vêr creada.

O pavimento liso e extenso alonga-se quasi como um horizonte e o espaço que encerram aquelas superfícies architectónicas é de uma ordem de grandeza evidentemente muito superior à grandeza do homem. Como e tá vasia a vasta basilica, apesar dos numerosos grupos que a percorrem em todos os sentidos! Que êste templo não foi feito para homens, mas sim para multidões cosmopolitas e êle verdadeiramente só me parece alguma coisa de vivo, por exemplo, nas cerimónias das canonisações, quando tôda a humanidade está ali representada por variada e ondulante multidão, quando o Papa avança ou está no seu trono, cercado da gerarquia rutilante, adornado das mais altas belezas da liturgia, quando as trombetas de prata elevam, sob a cúpula, um clangor tão alado e ascensional que parece por fôrça vão despertar o eco dos angélicos coros.

Hoje está vasio das espessas multidões para que foi erguido o Templo único; e eu procuro não o esquecer, para não cair na banal e falsa afirmação da decepção de piedade que muitos dizem encontrar em Roma.

Como se Roma não fôsse o centro de toda a catholicidade, onde decerto a nossa piedade não pode excitar-se com a comoção ingénua e delicada das capelinhas simples e dos humildes mosteiros, mas que, em compensação mais do que bastante, é a fôrça tutelar que permite, que alimenta, que protege, por todo o mundo, todos os altares da comovida piedade cristã. Roma tem decerto um esplendor de fé, um reflexo divino, de que se não tem a percepção immediata pela simples razão de que essa irradiação vai projectar-se ao longe, por todo o mundo, e a curta distância tem uma intensidade que deslumbra, que ofusca: dêsse esplendor pode ter-se uma noção intellectual, e não directamente uma impressão sensível. Na missa a que assisti, no altar ornado com a fina reprodução em mosaico da Transfiguração de Rafael, a minha oração começou a dirigir-se insensivelmente para objectivos altos e universais como o proprio ambiente da Basilica. Esquecia-me de mim, e dos pequenos interesses da minha alma individual; o meu espirito sentia-se sem custo atraído aos altos ventos do destino providencial das nações e do mundo; evocava a pátria distante, chamava ali a rezar comigo o reino antigo feudatário dos Papas e cristianíssimo dilatador da Fé com o Império; atirava a minha fantasia para mais alto e imaginava o Papa, tão perto materialmente, mas tão distante nas alturas da gerarquia, tão perto de Deus, tão longe dos homens, tão solitário porque não tem no mundo outro homem com quem reparta o peso tremendo do seu encargo e, pensando tudo isto, humildemente oferecia a minha oração unindo-me em espirito ao Supremo Pastor; finalmente, rememorando na última maravilha da Providência na história — a reconciliação religiosa do Estado italiano — dava graças por tamanha bênção de Deus que desceu sôbre a Itália e sôbre o mundo; e pensei que êsse histórico facto é de um imenso significado, sobretudo porque representa o sinal cristão

POLITICA

impresso na ordem nova, na nova forma de civilização que o fascismo trouxe à Itália e ao mundo latino, e ao planeta de que o mundo latino será sempre a metrópole; prometendo torrentes de vida moral e de exaltação espiritual à Roma nova, primeiro erguida como muralha defensiva à nova barbarie bolchevista, depois erguendo construtivamente, segundo as regras eternas, novos abrigos à cultura.

* * *

Depois da missa ouvida às 8 horas, ainda me resta grande parte da manhã.

Corro a atravessar de novo a fronteira e faço conduzir-me a um grande espectáculo civil, depois das profundas impressões religiosas de uma Missa em S. Pedro.

Só Roma, a grande metrópole, com sua complexa estrutura, nos pode oferecer esta sucessão de nobres espectáculos que elevam a alma e educam o espirito.

Estão as ruas tomadas por tropas e é preciso fazer um grande rodeio além do Tibre para poder entrar na zona preparada para a grande celebração do Natal de Roma. Como convém, esta celebração consiste numa grande parada de forças armadas e enquadradas, pois Roma agora já não se esquece que os seus dois atributos históricos são a Ordem e a Força. Mussolini vai passar em revista as milícias fascistas, os avanguardistas e os ballila (organizações voluntárias juvenis e infantis) e núcleos do exército de terra, do mar e do ar.

Em seguida grande desfile de tôdas as forças. Por fim, na vasta planura de Parioli, a grande cerimonia da promoção dos milhares de avanguardistas que chegam à idade de passar à organização das milicias. Cada um recebe no acto uma espingarda e um livro — *libro e moschetto, fascista perfetto*. Quinze mil jovens voluntários fascistas vieram para este efeito, de tôda a Itália, acampar sob os muros de Roma. No meio do povo, atrás de uma espessa cohorte de fascistas veteranos, capacetes de aço, camisas negras, espero a passagem do Duce.

Há em tôda a gente um ar de expectação, que não é o dos espectáculos de divertimento popular, antes uma nota severa, grave, verdadeiramente romana, parece acompanhar êstes momentos de patriótica comunhão. Aviões, hidroplanos, concorrem à parada em grandes massas; ei-los que passam e prepassam, nas suas formaturas simétricas, ostentando as suas formas bizarras, fazendo soar os seus motores poderosamente ofegantes; quando passam, em rigoroso alinhamento, sôbre as nossas cabeças, parece-me vê-los que vão desdobrando atrás de si sôbre a terra italiana, um protector, um inviolavel manto de garantia, de defesa contra os azares tristes da guerra. (E penso: quando estará o meu português igualmente povoado destas águias benéficas?)

Agora, chega o Duce, a cavalo, vestido de generalíssimo fascista,

no górrro erguendo-se um direito e alto penacho branco, a que parecem presas as palavras do célebre mote: «Se avanço, segui-me; se recuo, matai-me; se morro, vingai-me!» E' belo o cavalo que monta, luzido o estado-maior que o circunda, severas camisas negras, brilhantes uniformes.

A' passagem, o hino fascista «Giovinezza, Giovinezza, Primavera di bellezza!» vai-se erguendo em crescendo, os corpos imobilizam-se, os braços levantam-se na saudação romana.

Agora passa o Duce mesmo deante mim, a alguns metros, vejo a sua forte máscara pálida, e o olhar profundo na expressão de prescrutar a força da sua Roma a revelar-se ali naqueles cohortes. Quando passa, a muralha viva de veteranos fascistas adeante de mim, saúde: os chefes levantam o braço direito à romana, os soldados levantam-no também, mas armado do punhal, a prumo, com a ponta para baixo, como pronto a justificar os inimigos da pátria; e das bocas sai a varonil saudação: Eia! Eia!

Depois o desfile: onde vais, tão garbosa, na severa elegância das tuas camisas negras, ó juventude italiana, na beleza da tua primavera, a que campo de batalha vais para ser ceifada, na heroica defesa da tua pátria e da nossa comum civilização latina? Que Deus te acompanhe no teu nobre e heroico voluntariado e que o sangue português não se des-honre, estando ausente das futuras batalhas pela civilização onde tu estarás presente, bem armada, bem preparada!

Agora o Duce galopou na planície vasta em que tôdas estas legiões ostentam a sua massa compacta e interminável; a cerimónia sóbria, impressionante da promoção dos avanguardistas à milícia; breves, fortes palavras de proclamação saem da boca do Chefe e parece se veem cair na alma de cada soldado, pois é quasi visível a maravilhosa unidade de espírito desta multidão palpitante de vida e energia; por fim os braços se erguem, as bocas e os metais estrondeiam na formidável aclamação. Espectáculo invalvidavel aquele! A planície imensa sustentava aquela enorme massa humana, rumorosa e vibrante, como produto seu, como terra que oferta a sua seara; a Terra-Mater romana como que afirmava ali a sua perene fecundidade produtora de gente forte e imperial. E Mussolini, que eu distingo perfeitamente, olha o espectáculo com expressão de júbilo profundo mas singelo, como se fôsse aquela atmosfera de glória o ar natural que sempre desejariam aspirar os seus pulmões: como o maior dos romanos, Mussolini, ali vê premiada a sua fé porque Roma ali está deante d'ele, reconstruída, nessas muralhas vivas de juventude armada, estreitamente unida como os *feixes litórios*, audaciosamente combativa como *as águias imperiais!*

JOSÉ PEQUITO REBELLO

politica

■ ACADEMICA ■

ESCLARECENDO . . .

Do nosso amigo e ilustre presidente da Associação dos Estudantes do I. S. C., Sr. Pedroso de Lima, recebemos o artigo que segue e a que com prazer damos a devida publicidade.

Nada temos com os pontos de vista que o nosso amigo entende devêr expôr em defesa da sua escola e mais uma vez repetimos que esta secção é para todos os estudantes, camaradas ou adversários. Se em volta da questão que Pedroso de Lima ora inicia se estabelecer controversia e o entendermos necessário, a seu tempo exporemos o que sôbre o assunto se nos oferecer.

N. DA R.

ERA minha intenção aguardar a conclusão da série de artigos que o Snr. Carlos da Cunha e Vasconcelos vem publicando na «Seara Nova» sôbre Política Externa, para então sôbre eles formular algumas modestas observações.

Como porém no terceiro e, até ao presente, último artigo, publicado há já mais de um mês, se fazem afirmações mais ou menos gratuitas sôbre a preparação obtida nos Institutos Superiores de Comércio para o desempenho de funções diplomaticas e consulares, não demorarei por mais tempo a publicação do que sôbre o assunto se me oferece dizer, limitando porém as minhas considerações aos três artigos publicados e mais especialmente ao último.

No que até agora se acha publicado, afigura-se-me que nem sempre se encontra aquela unidade de vistas, indispensável na determinação da solução preconizada para o problema do recrutamento dos nossos representantes externos.

Julga o articulista — no qual se adivinha um futuro licenciado em Direito — justificáveis até certo ponto os murmúrios que frequentemente se ouvem sôbre a aparente incompetência de parte do nosso pessoal de representação externa.

De facto, a nossa Secretaria de Estado dos Estrangeiros parece cumprir mal a missão que lhe compete adentro do mecanismo estadual.

Uma das causas apontadas no primeiro dos citados artigos é a persistência da nossa parte em não querermos compreender as novas doutrinas que a Grande Guerra nos trouxe sob os mais variados aspectos e especialmente impondo aos Ministérios dos Negócios Estrangeiros como primordiais, funções até então consideradas secundárias. Estamos

pois de acôrdo em que a lição dos factos nos aconselha mudança de orientação...

Põe o Snr. Carlos de Vasconcelos como fundamental a questão do recrutamento do pessoal técnico, concluindo pela admissão *exclusiva* dos licenciados em Direito. Para defesa de uma tal opinião, o articulista começa por afirmar que as palavras iniciais do relatório de que veio precedida a reforma Veiga Simões, onde se contem frases como esta «a interdependência económica dominando as relações entre os povos» encerram um exagêro que os factos se teem encarregado de corrigir. Quais os factos em sentido contrário?

Prosseguindo, concede, em duas escassas linhas, que o agente diplomático moderno deva possuir *amplamente* as sciências económicas, para logo insistir duma forma demasiado notória, nos problemas de ordem jurídica que largamente exemplifica. Em que ficamos, Snr. Carlos de Vasconcelos? Qual afinal das funções a primordial, a económica ou a jurídica?

Afirma ainda possuírem os diplomados pelos Institutos Superiores de Comércio uma rudimentar cultura jurídica, pois que o conjunto das cadeiras ali professadas nem sequer equivale às do primeiro ano das Faculdades de Direito. Em que elementos se baseia o Snr. Vasconcelos para fazer uma tão ousada afirmação? Para que estabelecer tão capciosamente paralelo entre objectivos fundamentalmente diferentes?

E aonde vão os licenciados em Direito buscar *amplamente* as sciências económicas? O facto de possuírem uma licenciatura em sciências económicas, quanto a mim, nada quer dizer, pois é do conhecimento geral quanto essa designação é imprópria por demasiado vasta, visto que com carácter essencialmente económico apenas possuem quatro cadeiras e dois cursos de seis meses!

Em seguida, porém, afirma que *talvez* as Faculdades de Direito não bastem para a *indispensável* preparação técnica do agente diplomático, mas logo torna a investir para afirmar ser ainda mais deficiente a preparação obtida nos Institutos Superiores de Comércio.

E num rasgo de intelligência, para corroborar a grande afirmação que vem de fazer, relata o facto de um funcionário consular, diplomado pelo Instituto Superior de Comércio, lhe haver um dia perguntado para que servia o conselho de familia! Isto lhe bastou para aquilatar do valor da escola?!

Pois eu sei de um funcionário de carreira, bastante conhecido e licenciado em Direito, que vma vez, em presença da pauta dos emolumentos consulares, fez esta pergunta: então carboneto e carbonato não são a mesma coisa?

Conclusões não vale a pena tirar!

Seria, agora, altura de falar larmente na instrução comercial indispensável a uma eficaz representação externa. Limito-me, porém, a transcrever as conclusões da tese unanimemente aprovada na Conferência

POLITICA

Parlamentar Internacional de Comércio, reunida em Lisboa em Maio de 1921.

*La Conférence Parlementaire Internationale du Commerce emet le vœu :
I — Que l'intensification de l'enseignement commercial supérieur soit considérée comme condition indispensable de l'expansion économique.*

II — Qu'on exige du personnel diplomatique et consulaire une haute culture commerciale pour pouvoir agir avantageusement au point de vue de la politique économique internationale.

Não encontro pois, muito sinceramente o afirmo, razões para que se faça a admissão exclusiva dos licenciados em Direito, pelo contrário, pois aquele exclusivismo a conceder-se só viria reforçar o critério doentico e nefasto de considerar enciclopédico o licenciado em Direito.

Tal, porém, estou certo, não se dará.

* * *

«O Ministério dos Estrangeiros tem sido até agora, e apesar da boa vontade dos raros reformadores do seu estatuto orgânico, pouco mais do que um órgão *transmissor*. Urge transformá-lo sobretudo no fiel da balança económica, regulador máximo da entrada e saída de valores em Portugal, a um tempo fomentador da produção e da expansão e válvula de segurança de importação. As relações entre os povos fazem-se hoje em função dos interesses económicos que os afastam ou aproximam. País com largos interesses dessiminados no globo, temos de dar-lhes orientação por um organismo único, dotado com uma organização que corresponda ao seu fim, servido por pessoal preparado ao desempenho das funções que nele lhe caibam».

Estas palavras, escritas há já oito anos, no relatório que precedeu uma das muitas reformas da Secretaria de Estado dos Estrangeiros, podem ainda hoje, sem esforço algum, empregar-se.

Portugal é sem dúvida o país que menor, número de tratados de comércio possui! E' espantosa a ignorância do verdadeiro sentido das realidades económicas, revelada nos nossos acórdos comerciais. A acção dos diplomatas e cônsules que, nos outros países, tão benéficamente se faz sentir na sua política de exportação, corresponde entre nós a inexistência quasi absoluta de funcionários capazes de zelar os interesses comerciais do país.

A perda sucessiva dos nossos velhos mercados é tanto mais assustadora quanto é certo que em matéria de captação de novos nada se tem feito.

Só no dia em que o Ministério dos Negocios Estrangeiros tiver um carácter essencialmente económico e comercial poderá dar aquele rendimento que é justo esperar de tão dispendioso organismo.

JOSÉ FERREIRA PEDROSO LIMA

a Anti-Nação

II

A MAÇONARIA, O PATRIOTISMO E O DEVER MILITAR

MOSTRÁMOS já, por um ligeiro apanhado de factos e por abonações autorisadas, sobre a mentalidade anti-nacional dos portugueses de 1820 para cá, a existência de uma conspiração de portugueses contra Portugal.

Afirmámos, sem o termos provado explicitamente, ser a Maçonaria o cérebro inteligente e consciente dessa conspiração, de que a maioria dos maçons portugueses são mero instrumento inconsciente. (1)

E, para que tal afirmação não pudesse ser tomada como inteiramente descarroavel, ou facciosa, apresentámos, destacando-o devidamente e despido de comentários, o texto do art.º 7.º da constituição maçónica. (2)

Em toda a sua simplicidade o texto desse artigo é terrivelmente claro.

Tendo o Estado o dever de zelar a independência e interesses da Pátria, nenhuma sociedade, quaisquer que sejam os seus intuitos, pode ficar fora do seu *contrôle*. Por esse justo motivo todas as legislações proibem as sociedades secretas. Pois bem, há em Portugal uma sociedade secreta, que alem de só por si poder representar um perigo para a segurança nacional, o representa de facto, pois embora constituída por umas centenas de portugueses apenas, não reconhece a soberania do Governo Português, qualquer que seja a forma politica do Estado.

Poderemos, honestamente, dar a esses homens que se não reconhecem súbditos de Portugal o nome de portugueses, só porque nasceram na nossa Terra e falam a nossa Língua?

(1) — A muitos leitores porventura já com alguns conhecimentos da questão maçónica poderá parecer este artigo infantilmente suave.

Prometi porem no artigo anterior que seria sereno e quero sê-lo.

Embora (passe a ilusão) estes artigos sejam endereçados a todos os portugueses patriotas, destino-os em especial aos maçons portugueses que como já disse ainda guardem sem preversão o amor da pátria. Prefiro que toda a violência que poderia pôr nestas linhas brote espontânea no peito desses portugueses ao conhecerem o lôgro infame em que caíram e como tem sido instrumentos dóceis e inconscientes nas mãos de inimigos de Portugal.

(2) — *O Gr.: Or.: Lus.: Un.: Sup.: Cons.: da Maç.: Port.: só reconhece a soberania do povo maçónico sem distincção de ritos.* — in Boletim Oficial do Grande Oriente de 1 de Julho 1919 composto e impresso na "Imprensa Moderna" — R. Cândido dos Reis, 91 — Porto.

Mas o que é o povo maçónico cuja soberania é a única que o Gr. Or. reconhece?

Será o conjunto dos mações portugueses?

E' ainda a própria Constituição do Gr. Or. que nos vai esclarecer. Basta para isso meditarmos nos art.^{os} 1.^o e 4.^o.

* Art.^o 1.^o — *A maçonaria é uma instituição internacional essencialmente humanitária e altruista, não se subordinando a nenhuma escola ou facção filosófica política ou religiosa.*

Art.^o 4.^o — *Sendo universais os fins da maçonaria, os maçons de todos os países formam uma e mesma família, e os seus membros dão-se o tratamento de irmãos.* (3)

O povo maçónico é, portanto, formado, na sua maioria, por estrangeiros (não portugueses). O Supremo Conselho da Maçonaria portuguesa só reconhece pois a soberania desses estrangeiros, e isto contra e acima da soberania do Estado português.

A seu tempo, veremos porém, que isso do Gr. Or. reconhecer a soberania do povo maçónico, tomando *povo maçónico* como o conjunto de todos os mações, ainda é uma das mais extravagantes patranhas em que acreditam os mações que ainda não adivinharam, ou a quem ainda não tenha sido revelado o segredo maçónico.

A soberania única que na realidade o Gr. Or. reconhece serve e acata, acima e contra a do Estado português, é outra e inimiga até da generalidade do próprio povo maçónico.

Bastou pois a propria constituição maçónica para demonstrar, se dezenas de factos da historia moderna e até contemporanea e não tivessem provado já exuberantemente, que a maçonaria é inimiga de Portugal a ponto de nem reconhecer a soberania do Estado português.

Ser mação é pois o antonimo de ser patriota.

Pergunto agóra, se a nenhum português é lícito exercer a sua acção contra a soberania e interesses da sua pátria, como pode ser mação um militar que jura pela sua honra defender a bandeira do seu país?

Entre o dever maçónico que o manda reconhecer a soberania da sua Nação e o seu dever profissional que o manda derramar o seu sangue em defesa dessa soberania ha pois um antagonismo terminante e irreductivel.

Não julgüemos porém que este antagonismo seja um caso méramente teórico não chegando nunca a realizar-se na prática.

(3) — Chamamos a atenção dos nossos leitores para a forma vaga e nebulosa de todos os escritos maçónicos. Parecem feitos de propósito para desmentir um conhecido rifeiro. Nelles a Verdade tem densidade muito superior á do azeite e até á da água ou por outras palavras num lado se põe o ramo no outro se vende o vinho.

Assim o art.^o 1.^o da constituição maçónica define a maçonaria, isto é, diz o que é a maçonaria. Pois bem, leia-o o leitor as vezes que quizer, nem por isso ficará sabendo o que é a maçonaria.

A não ser que...

Basta abrir a História de Portugal para lhe termos a confirmação retumbante. A quando das invasões francesas, em todas as lojas maçónicas portuguesas collocava-se o busto de Napoleão (o chefe supremo dos invasores) com a legenda: *Salut et respect pour l'Empereur!* E uma deputação maçónica de que fazia parte Gomes Freire ia ás portas de arroios cumprimentar Junot.

A quando das invasões de Massena foi ainda Gomes Freire consultado sobre o plano da invasão e os seus companheiros viriam ensinando ao general francês os caminhos de Portugal. (4)

Modernamente tem se feito alguma luz sobre as origens da guerra mundial, para o que não pouco tem servido o processo do atentado de Serajevo, que as preocupações da grande guerra tinha feito passar de-saperecebido. Que a Grande Guerra teve entre outras consequências a queda dos tronos dos países centrais, é incontestavel. Que para o objectivo maçónico a queda dos tronos é um meio, indispensável vê-lo hemos a seu tempo. (5) Conta Ludendorff (6) que foi generalissimo dos exércitos alemães, que o franc-mação Kothner, da grande loja territorial da Alemanha, fêz nas várias lojas alemãs nos anos de 1911-13 descobertas que o emocionaram profundamente. Tive a prova, disse Kothner, que a franco-maçonaria preparava qualquer coisa de terrivel contra a Alemanha. Ouvir certas referências imprudentes, que me fizeram entrevêr o plano do assassinato do arquiduque Francisco-Fernando, da guerra mundial, da queda dos tronos e dos altares e de tudo o que depois sucedeu.

Senhor destas revelações, Kothner expo-las ao grão-mestre conde Dohna Schlodien. na persuasão de que obteria uma rutura decisiva das relações com as grandes lojas estrangeiras e algumas alemãs, mas obteve esta unica resposta: **Não ha senão uma Franc-maçonaria.**

E parêmos por hoje. Compreende-se pois, o especial cuidado que Mussolini poz na resolução da questão maçónica em Italia.

Entre nos a tentativa admirável de 28 de Maio, partiu do aneio nacionalista dos jovens officiais.

No entanto, a marcha da Dictadura militar tem sido lenta. É que a bravura e a lealdade da juventude militar, esbarrou na montanha enorme da inércia e dos atritos maçónicos...

Ruy d'Almargem

(4) — in Ao principio era o verbo.

(5) — Não se infira daqui que o objectivo maçónico seja o estabelecimento da forma republicana do Estado. A preferência aparente da Maçonaria pela República é ainda e tambem um meio. A ingénua illusão de muitos republicanos a esse respeito merece-nos a maior compaixão.

A seu tempo veremos que entre o objectivo maçónico e o Ideal Republicano há um antagonismo tão irreductivel como entre o Ideal maçónico e o Integralismo Lusitano.

(6) — Ludendorff: Die Vernichtung der Freimaurerei durch Enthüllung seiner Geheimnisse, II ter Teil, pg. 170 e seg., München 1928

a Realeza de D. Miguel

MAIS uma vez aconselhamos aos nossos camaradas e amigos este notável livro de D. Miguel Sotto-Mayor, agora reeditado e que já se encontra à venda em tôdas as boas livrarias.

Num prefácio admirável, o nosso ilustre camarada Sr. Dr. João Ameal faz um interessante estudo sôbre a vida e obra de D. Miguel Sotto-Mayor e simultaneamente refuta com precisão, lógica e fina ironia as *fantasias* do Sr. Conselheiro Luiz de Magalhães no seu paradoxal «Constitucionalismo e Tradicionalismo».

E' vasta e pouco conhecida a obra de D. Miguel Sotto-Mayor, e a avaliar pelo trabalho agora reeditado, bem mereceria os nossos agradecimentos e um grande serviço prestava à causa da Verdade politica portugueza, quem se propuzesse reeditá-la tôda e muito em especial a «História da extinção das Ordens Religiosas em Portugal, «O Marquês de Pombal—exame, história e crítica da sua Administração» e o «Diccionario dos Músicos portuguezes.»

Não resistimos à tentação de transcrever algumas passagens do capitulo I.º de «A Realeza de D. Miguel», por onde os nossos amigos verão que não exagerámos ao exaltar o valor dêste livro.

.....
Mas quem era este legitimo herdeiro?... D. João VI deixára dous filhos varões. O mais velho—D. Pedro de Alcantara—achava-se já a esse tempo imperador do Brazil, que desmembrára de Portugal. O mais moço—o infante D. Miguel—estava como que exilado em Viena d'Austria. Ambos, porém, tinham em Portugal um partido, sendo que o de D. Pedro argumentava com os direitos de primogenitura d'este principe, e o de D. Miguel objectava que, tendo D. Pedro cingido extemporaneamente a corôa do Brazil, erecto em imperio independente, perdera a qualidade de portuguez, e assim ficára inibido de reinar neste reino, em cuja lei fundamental se lia esta expressa disposição: *Nunquam volumus nostrum Regnum ire for de Portugalensibus.*

E o mais notavel é que os proprios liberaes de 1820 foram os primeiros a declarar que o principe D. Pedro, pelo caminho que seguira desde 9 de janeiro de 1822, e de que se não afastou depois até se consummar a independencia do Brazil, marchava em linha recta à perda dos seus direitos e se tornava incapaz de succeder a seu augusto pae no throno de Portugal. Recordemos algumas palavras dos *patriarchas da liberdade* entre nós.

.....
Na mesma sessão dizia outro deputado, Soares Franco:

«Mas se o principe não quiere obedecer á soberania nacional e a el-rei seu pae, *se quer fazer uma outra nação*, então claro é que é refractario, dissidente e *rebeld*, e n'esse caso é necessario que nós tomemos outro caminho, e que vejamos quem nos ha-de governar e *succeder na corôa.*»

E' que estes deputados haviam estudado a nossa historia e sabiam bem qual o direito, pelo qual se regêra sempre entre nós a successão do throno.

.....
Não tinha elle ainda a esse tempo consummado a sua *desnaturalisação*, por um acto solemne, qual foi a erecção de um novo imperio e a promulgação da Constituição brazileira, em que formalmente renunciava a sua qualidade de portuguez.

Tinha porem escripto a seu augusto pae: «Embora se decrete a minha desher-

dação, embora se commettam todos os attentados, que em clubs carbonarios forem forçados, a causa santa não retrogradará, e eu antes de morrer direi aos meus caros brasileiros: Vede o fim de quem se expôz *pela patria*, e matai-me! Vossa Magestade mande-me, que digo?! mandam as côrtes por V. M. que eu faça executar e execute seus decretos. Para eu os fazer executar, e executar era necessário que *nós brasileiros livres* obedecêssemos á facção. Respondemos em duas palavras: Não queremos!... Firmes n'estes inabalaveis principios, digo (tomando a Deus por testemunha e ao muudo inteiro!) a essa *cafila sanguinaria*, que eu como regente do reino do Brazil, e seu defensor perpetuo: Hei por bem declarar todos os decretos preteritos d'essas facciosas, horrorosas, machiavelicas, desorganisadoras, ediondas e pestiferas côrtes, que ainda não mandei executar, e todos os mais que fizerem parr o Brazil, nullos, irritos e inexecuiveis, e como taes com um veto absoluto, que é sustentado pelos brasileiros todos, que unidos a mim me ajudam a dizer:— *De Portugal, nada, nada, não queremos nada*. Se esta declaração tão franca irritar mais os animos d'esses Lusos-Hespanhoes, que mandem tropa aguerrida e ensaiada na guerra civil, que lhe faremos ver qual é o valor brasileiro. Se por descôco se atrevem a contrariar *nossa santa causa*, verão em breve o mar coalhado de corsarios, e a miseria e a fome, e tudo quanto lhes podermos dar em troco de tantos beneficios, será praticado contra esses corifeos. Triunfa e triunfará a independencia brasileira, ou a morte nos ha-de custar. O Brazil será escravizado, mas os brasileiros não, porque emquanto houver sangue em nossas veias ha-de correr, e primeiramente hão-de conhecer melhor o *Rapazião* e a até que ponto chega a sua capacidade, etc...

«Peço a V. M. que mande apresentar esta ás Côrtes etc... Sou de V. M. com todo o respeito — Filho que muito o ama e subdito que muito o venera — *Pedro*.»

Tinha o mesmo principe D. Pedro trahido os seus juramentos — Sellados com o seu próprio sangue — merecendo por isso a seguinte abjurgação do deputado Moura:

«Desde junho do anno passado até aos fins de janeiro d'este anno, se acaso se tratava do partido da independencia (do Brazil), sempre o principe diz — que este partido não havia levantar cabeça, não só porque não era vontade geral do Brazil, mas por que enquanto elle se achasse rodeado d'aquella tropa leal e brava, seria facil serem todos feitos em postas; e de uma vez, senhores, assim o protestou, assim o *jurou* a seu pae com tão ardente fervor, que chegou o seu fanatismo a rasgar uma das suas veias, e aparando seu próprio sangue sellar com elle este protesto e este juramento. E' a carta de 4 de outubro, *onde eu vi o sangue real do principe D. Pedro de Alcantara sellando o seu juramento!* Pois, senhores, este mesmo principe D. Pedro escreve a seu pae a 14 de março, e diz estas notaveis palavras sobre a independencia: — «Se a tropa (falla da expedição ultima, que de lá nos reverteu) desembarcasse, a desunião seria certa, e então a independencia me faria apparecer, bem contra minha vontade *mas contente*... — Que mais desejaes saber?»

Tinha mais o mesmo principe D. Pedro appellidado guerra contra seus naturaes, não só no decreto de 1 de agosto de 1822, em que se ordenava que fossem recebidas como inimigas e *se fizesse crua guerra* ás tropas da mãe patria, mas tambem em varias proclamações como a seguinte:

«Habitantes do Rio Grande de S. Pedro! Proximas a cahirem em total ruina estão essas phalanges lusitanas, que ainda enxovalham a malfadada cidade da Bahia, Cercadas pelo bravo exercito e esquadra brasileira serão precipitadas no abysmo, que teceu o seu orgulho e que merecem seus crimes. Ai d'elles! O mundo conhecerá com mais um exemplo que não se ataca impunemente a independencia de uma nação briosa...»

«Habitantes do Rio Grande! Reuni-vos, empunhae a espada, vá para longe ou morra quem não quer ser brasileiro e subdito do imperador D. Pedro I.»

«O ferro, o pó e a morte cubram os inimigos, que ainda pizam vosso territorio; remordam-se *vendo-nos independentes e vitoriosos*.»

Tudo isto, e muito mais ainda, que por brevidade omitimos, havia feito D. Pedro contra os seus naturaes e contra a sua patria, tornando-se réu do crime de *lesa magestade*, ao qual, pela Ordenação do Livro v, Título vi — correspondia a pena de

POLITICA

morte natural cruel e de confiscação de bens, ficando *infames* todos os que da sua linha descendessem. Não admira pois que os liberaes de 20, olhassem com horror para os criminosos actos do principe, e que empregassem contra elle uma linguagem enérgica, mas justa, como a que vai ouvir-se :

«Grande é por certo a mancha, que em si tem lançado este desgraçado principe! A expedição, que o fôra conduzir á Europa em virtude da sua mesma representação, recebida hostilmente, por entre morrões accesos e guarnições a postos; a divisão auxiliadora inculcada como inimiga... não disse tudo, como bandidos e salteadores, que só fazem o bem por medo e não por honra; guerrilhas brasileiras levantadas contra seus proprios irmãos... Senhores, apartemos a vista de tão horroroso quadro!!»

.....
A renúncia de D. Pedro á corôa de Portugal consummou-se porém quando elle aceitou e jurou as instituições liberaes do Brazil, que o excluam da successão de Portugal e a toda a sua descendencia nascida n'aquelle imperio antes e depois da sua separação da metropole. O mesmo D. Pedro chegou a comprehender que, em taes termos, não podia ser rei de Portugal; e por isso, em 15 de julho de 1824 escrevia o que se segue :

«Eu não quero mais nada de Portugal; é incompativel com os interesses do Brazil que eu seja rei d'este ultimo reino.»

E accrescentava :

«A' nação portugueza zelosa da sua independencia e exigindo de mim uma prova irrefragavel do meu desejo de a ver para sempre separada da nação brasileira, sou servido declarar *que já não tenho pretensão alguma, nem direito á corôa de Portugal.*»

Eis aqui pois como se apresentava a questão da successão ao tempo do decesso d'el-rei D. João vi. Os liberaes, que cercavam este monarcha nos seus ultimos momentos, e que redigiram o decreto de 6 de março, não ousaram proferir o nome do herdeiro e successor da corôa, limitando-se apenas a exarsr uma phrase ambigua, imagem da duvida e incerteza, em que elles proprios laboravam.

Duvida e incertesa dissemos, comquanto talvez fossemos mais exactos afirmando que nem elles mesmos criam nos direitos de D. Pedro, depois do que lhes ouvimos declarar nas sessões das côrtes a que acima havemos alludido.

Pensassem porem como pensassem os liberaes no intimo das suas consciencias, como o respeito e a homenagem á lei e ao direito nunca foram o forte da escola, desde certo tempo elles se haviam voltado para o imperador do Brazil, para o antigo *rapazinho louco*, porque só n'elle viam um sujeito azado para realizar as mudanças politicas, que almejavam, e a cujo conseguimento estavam dispostos a sacrificar tudo, mesmo a coherencia e dignidade propria, e a honra e a tranquillidade da patria.

Logica de ferro, contra a qual nada valem sofismas e subterfúgios!

Outro valôr tem este livro: o de provar à evidencia os legitimos e já agóra indiscutíveis direitos ao trono de Portugal, do saudoso Rei o Senhor D. Miguel I, agusto avô do Senhor Rei Dom Duarte II, e pa tentear, claramente a hipocrisia liberal.

R. d' A.

ao ritmo da Ampulheta

BOGA & C.^a

Os engulhos que a solução da *Questão Romana* causou aos nossos *livres-pensadores* ainda persistem.

E compreende-se. Com a queda do poder temporal dos Papas em 1870, a Maçonaria julgou ter aniquilado a Igreja para sempre. Cincoenta e nove anos depois, apesar do predomínio maçónico, das leis laicas, da perseguição à Igreja, o renascimento católico é visível, o prestigio internacional do Papado é maior do que nunca e a força espiritual por ele representada é reconhecida pela própria Itália.

Era de mais! Por isso se amesquinha o acôrdo de Latrão que nos dois aspectos de tratado *internacional* e de concordata representa para a Igreja um grande triunfo, sem que a Itália de Mussolini possa considerar-se derrotada.

A restauração do Estado Pontifício, numa área pequena ou grande, pois o que mais interessa é o aspecto jurídico da questão, que a Lei das Garantias tinha postergado, era a reivindicação permanente dos Pontífices Romanos. Alcançou-se essa reivindicação. O Papa, na cidade do Vaticano, é soberano, possuindo todos os elementos da soberania: poder organizado, território e população.

Há, finalmente, a Concordata que concede à Igreja direitos de que ela não goza em qualquer outro país.

Mas Mussolini, que não é católico e sacrifica ainda ao espírito cesarista romano, falou e, apesar da sua inteligência, usou duma linguagem bastante desagradável para os católicos, embora reconhecendo o enorme valor social do Cristianismo. O preconceito estatista levado ao exagêro não lhe permite vêr sempre as coisas com clareza.

Reconhecendo, porém, que se tinha excedido, Mussolini, num novo discurso, rectificou algumas afirmações do primeiro discurso.

Mas o sr. Camacho-Boga, acolhido à sombra do *Século* judeu, não deu (?) por êste novo discurso, e com a sua gros-

seira chalaça de semi-analfabeto, exultou de alegria com as frases do *Duce* menos agradáveis para os católicos, repetindo diálatas que qualquer inteligência séria se envergonharia de proferir nêste ano de 1929.

Simplemente, o dito sr. Boga, sem elevação para mais, não reparou que os factos inludíveis são êstes: está constituído o Estado do Vaticano, cuja área pouco importa para quem, com a soberania territorial, apenas quere ter assegurada a independência espiritual; com a Concordata, apesar do agnosticismo de Mussolini, a religião católica foi reconhecida como religião oficial do reino de Itália, o casamento católico dispensa o casamento civil, a instrução religiosa volta às escolas, e a acção católica é rodeada de tôdas as facilidades.

Estes é que são os factos.

E há mais ainda: o velho Estado democrático e maçónico cái em ruínas e Cristo reina de novo nas almas. Isto na pátria de Cavour e Garibaldi!

Se mais algumas dúvidas restassem, o sr. Camacho, digno émulo do inesquecível Boga, podia vêr no discurso de Mussolini, que comenta com riso amarello, afirmações anti-maçónicas com tal severidade e energia que devem pôr os cabelos em pé aos amoucos da famigerada e criminosa seita dos três pontinhos.

Onde o espírito maçónico não reina, com as suas intrigas e discórdias, fácilmente e com lealdade se resolvem os problemas.

Esta é que é a lição a aproveitar, sr. Camacho. E outra ainda que não se deve perder: é que o mesmo cidadão foi chefe do partido mais *conservador* da República...

L. R. A.

A NAÇÃO ORGANIZADA

O sr. comandante Henrique de Paiva Couceiro acaba de pôr à venda o 2.º fascículo do seu trabalho *Subsídios para a obra de ressurgimento nacional*, a que deu o nome «*A Nação Organizada*.»

Ao ilustre Militar agradecemos a gen-

tileza com que nos distinguiu enviando-nos este seu último trabalho, e bem ainda o 1.º fascículo desta mesma obra — *O Estado Nacional*, publicada em tempos.

TRANSCREVENDO...

.....
D'ailleurs, le roi Manoel est un «prétendant» qui ne prétend point revenir, et il n'a pas d'enfants. (1)

.....
Le général Carmona m'a ensuite autorisé à lui parler de politique.

Avec quelque crainte d'être indiscret, j'ai demandé :

— Avez-vous, Excellence, l'intention d'établir plus tard, en Portugal, une forme quelconque d'Assemblée nationale, comme en Espagne par exemple ?

La réponse vient très nette :

— Certainement. Mais pas dans les formes de l'Espagne où l'Assemblée est l'émanation du gouvernement dictatorial lui-même. Nous ferons nommer notre assemblée par le peuple.

— Par le suffrage universel ?

— **Oui, par le suffrage universel...** Mais plus tard seulement. Le moment n'est pas encore venu. Il faut assurer d'abord l'ordre et la tranquillité d'une façon définitive.

— M'autorisez-vous à redire cette déclaration aux coloniaux belges ?

— Certainement. Tant que vous voudrez... (2)

.....
.....
« Como quem cumpre um destino, continuaremos a avançar. Se temos razão, sigam-nos; se não a temos, emendem-nos para nos rendermos à verdade. » (3)

(1) — Pierre Daye — Congo et Angola, Bruxelles, 1929, pg. 24

(2) — Idem, pg. 26

(3) — Hipólito Raposo — Dois Nacionalismos — Lisboa 1929, pg. 108

AFIRMAÇÕES DA QUINZENA

A missão educadora corresponde sobretudo e em primeiro lugar à Igreja e à família e corresponde-lhe de modo iniludível e irrevogável.

O Estado não pode nem deve desinteressar-se da educação dos cidadãos, mas somente para ajudar onde o indivíduo e a família pouco podem fazer por si sós.

O estado não deve assaltar, devorar ou aniquilar a família, o que seria absurdo e contra a natureza. A família é anterior à sociedade e ao Estado.

(Do discurso de **S. S. Pio XI** aos alunos do Colégio de Mondragon)

Ate alguns dos feitos de D. João V andam atribuídos ao Marquês por certos romancistas da história, cuja opinião preconcebida lhes tolhe por completo a visão da verdade e o acerto na crítica.

Para estes, D. João V foi apenas um libertino e perdulário devoto, esquecendo ou ocultando que também datam do seu reinado o Aqueduto das Aguas Livres, a Praça de Campo Maior, a nova enfermaria do Hospital das Caldas, os arsenais de Lisboa e Estremoz, a Casa da Moeda, a Biblioteca da Universidade de Coimbra, a canalização do Tejo e a vala da Azambuja, a reparação de pontes e estradas, a criação da Academia Real da História, o impulso dado ao estudo da medicina, da matemática, da topografia e encadernação, e de uma forma notável de todas as Belas Artes.

(Das «Novidades» de 18-5-929)

No meio do século XVIII, alistava-se o Brasil entre as colónias mais prósperas e bem governadas da América. Portugal, não obstante seus pequenos recursos, fizera do Brasil uma colónia tropical de povoamento, conseguindo o que jámais tentara a Inglaterra na zona tórrida do planeta, o que a Holanda jámais pôde realizar. Para o povoamento português do Brasil e para o povoamento inglês dos Estados Unidos, contribuíram as duas metrópoles muito diversamente. Cuidou logo Portugal da sua colónia, trinta anos depois do descobrimento e nunca mais abandonou a sua

empreza política, dirigida quinze anos apenas pelos donatários que se sacrificaram respeitando o seu compromisso, e pelos governadores gerais que, durante dois séculos e meio, em número de quarenta e oito, faziam presente o governo da metrópole na vasta colónia sul-americana, cuja unidade administrativa fez do imenso litoral brasileiro a linha marítima de uma só nação.

...Na zona tórrida do Planeta nenhum outro povo criou situação universal melhor do que a do Brasil, Portugal, formando a sua grande colónia de po-

voamento em plena região tropical, fez obra de civilização que a Inglaterra e a Holanda já mais realizaram. A Portugal devemos não ter sido o Brasil uma colónia de exploração, à maneira da Bacia do Congo, da Guyana, Jamaica, Sumatra ou Java, com povoamento africano ou asiático, semelhante ao favorecido pela Inglaterra nas suas colónias tropicais da América Central.

DR. PIRES DO RIO, governador de S. Paulo (Brasil)

De «O Século» de 20-5-929

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

Livros

«*Fora da aula*» — J. A. Pires de Lima — Araujo e Sobrinho Suc. — Porto 1929.

Recebemos e agradecemos este notável trabalho do Sr. Prof. Pires de Lima a que logo que nos seja possível faremos a merecida referência. Desde já o recomendamos tendo a consciencia de que cumprimos um dever a todos os estudantes portugueses.

Revistas

«*Nação Portuguesa*» — Fasc. 9.º brilhantemente colaborado por Francisco Beliz, Santos Coelho, Prof. Cabral de Mondaca, Marcelo Caetano, Rodrigo de Sá Nogueira e Manuel Murias.

«*Brotéria*» — Os numeros de Abril, Maio e Junho. No n.º de Maio «Brotéria» apresenta a melhor critica que ainda vimos a «O Ultimo Olhar de Jesus». Critica realmente notável.

«*Agros*» — N.ºs 1, 2, 3, 4 do 5.º ano (1929).

«*Gil Vicente*» — N.º 5 e 6 do 4.º volume.

Jornals

«*O Correio*» — Importante semanario regionalista da Beira a quem «Politica» agradecendo mais uma vez as amáveis referencias feitas deseja as maiores prosperidades.

«*Correio de Coimbra*».

«*Correio do Sul*».

«*Traz os Montes*».

«*O Autonomico*» — brilhante semanário açoreano que se publica em Vila-Franca do Campo, refere-se ao nosso aparecimento com palavras que muito agradecemos e de que nos permitimos transcrever o seguinte:

... «Mas a revista tem predicados para se impor á admiração de todos. Explendida sob o aspecto gráfico a «Politica» lança-se com brilho, desassombro e galhardia na arena das lutas políticas em defesa duma doutrina, que, se é rodeada de entusiasmos e dedicações entre a juventude estudiosa pouco favorece as ambições e os interesses pessoais.

.....
Fazemos os mais sinceros votos para que o público saiba corresponder aos nobres intuitos dos dirigentes da nova revista e compensar-lhes com o seu apoio moral e material as dificuldades que lhes hão de surgir no caminho a trilhar.

E... avante e pela Pátria!...

A «O Autonomico» com os protestos da nossa melhor camaradagem os nossos mais vivos agradecimentos.

«*28 de Maio*» — Começou a publicar-se no Porto, sob a brilhante direcção dos nossos ilustres amigos Dr. Angelo Cesar e Augusto P. de Lima este interessante semanário nacionalista.

«Politica» com os protestos da melhor camaradagem deseja ao «*28 de Maio*» as maiores prosperidades e uma longa vida para bem da nossa querida Pátria.

INTEGRALISMO LUSITANO

Em reunião da Junta Escolar de Lisboa foi nomeada a direcção do Núcleo da Faculdade de Medicina com a seguinte distribuição:

Núcleo de Medicina

Presidente — *E. Botelho de Gusmão*

Vice-presidente — *C. Gomes Pedro*

Secretários — *Duque Calado*

Rodrigues Cardoso

Tesoureiro — *Francisco Esteves*

A JUNTA ESCOLAR

POLITICA recomenda a todos os seus camaradas e amigos os livros

“Dois Nacionalismos” — Hipolito Raposo.

“A Realeza de D. Miguel” — D. Miguel Sotto-Mayor.

“Da Hera nas Colunas” — Antonio Sardinha.

Ninguém como nós, no longo crepúsculo que envolve os destinos do Mundo e da Civilização, possui motivos de firme e elevada esperança.

ANTÓNIO SARDINHA

CABRAL SACADURA

Interno de Cirurgia dos Hospitais Cívis

PARTOS—SIFILIS

CONSULTAS—Largo José Fontana, 12-2.º

ÀS 16 HORAS

DR. MÁRIO CARDIA

MÉDICO DOS HOSPITAIS

Doenças das senhoras. Partos. Cirurgia.

Tratamentos pelo rádio e electricidade

AVENIDA DOS ALIADOS, 41, 1.º — PORTO

TELEF. 4907

MIRA DA SILVA

MÉDICO

AV. ALMIRANTE REIS, 57-A, 1.º

LISBOA

DR. COSTA FELIX

INTERNO DE CIRURGIA DOS HOSPITAIS CÍVIS

CONSULTAS

LISBOA: Rua 16 de Outubro, 33 — Tel. C. 2350

ÀS 14 H.

DAFUNDO: R. Paulo Duque

ÀS 17,30 H.

AFONSO LUCAS

ADVOGADO

RUA ARCO DO BANDEIRA, 70, 2.º

TELEFONE C. 642

LISBOA

Sebastião Perestrello Guimarães

ADVOGADO

Escritório — RUA DO OURO 124, 2.º, D.

TEL. C. 2878

MARTINHO NOBRE DE MELLO

ADVOGADO

RUA DE SANTA JUSTA, 82, 2.º

Telef. N. 4952

LISBOA

A. NUNES E SILVA

ADVOGADO

TEL. C. 642

RUA ARCO DO BANDEIRA, 70, 2.º

LISBOA

Aos nossos leitores

Tendo sido espalhada tendenciosamente em Coimbra, a noticia de que «Politica» suspenderia agora a sua publicação, vimos opor a tal atoarda um veemente desmentido aproveitando a ocasião para pedir aos nossos prezados assinantes que nos comuniquem qualquer mudança de direcção.

No 5.º numero

CAMÕES — *Hipolito Raposo*

ARTE — «Mas o despertar principia» — *Mendonça-Dias*

NON PREVALEBUNT . . . — *Ruy d'Almargem*

etc., etc.

No 6.º numero

MUNICIPIO OU NÃO — *Luiz Chaves*

FASCISMO E CATOLICISMO — *Pequito Rebelo*

ANTI-NAÇÃO — *Ruy d'Almargem*

etc., etc.

